

Covas afirma que programa veio com atraso



Covas: "O presidente falou em flagelo dos juros, portanto imagino que ele fará alguma coisa nessa direção"

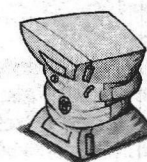
Governador reeleito avalia que medidas teriam sido menos dolorosas, se adotadas há mais tempo

MARCIA FURLAN

O governador reeleito de São Paulo, Mário Covas, disse ontem, após participar do programa *Meio Dia*, da CNT, que o Programa de Estabilidade Fiscal do governo federal está sendo iniciado com atraso. "Acho que algumas das medidas deveriam ter sido feitas com maior rapidez, como a reforma administrativa", avaliou. "Se ela fosse feita antes, seria menos dolorosa do que hoje."

Covas defendeu a imediata redução dos juros – para ele, essa medida também deveria ter sido anunciada ontem. Mas ponderou que a possibilidade ficou implícita no discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso terça-feira. "O presidente falou em flagelo das taxas de juros, portanto, imagino que ele fará alguma coisa nessa direção."

Para ele, uma ação imediata sobre os juros seria conveniente para ativar a economia e atenuar os efeitos das outras medidas. Além disso, explicou, ta-



xas altas são um "ônus para a economia" porque influem na capacidade de pagamento de impostos das empresas, aumentam o desemprego e diminuem o consumo.

O governador manteve um tom cuidadoso ao comentar o aumento da carga tributária, ponderando que o governo federal teve de "escolher os caminhos disponíveis" para enfrentar a crise. "Houve, nos últimos dois ou três meses, uma saída muito grande de reservas cambiais e o País não pode ficar desarmado, porque isso reflete nos investimentos feitos e no emprego", justificou. Na sua opinião, a preocupação agora deve ser evitar que os menos favorecidos, como os desempregados, paguem mais.

Apesar de evitar as críticas ao governo, Covas reafirmou que em São Paulo foi possível elevar em 37% a receita sem aumentar impostos. Em compensação, foi necessário ficar um ano e meio sem realizar obras, o que, segundo ele, teve um certo custo político. Nos últimos dois anos, o Estado não registrou déficits. O governador acredita que São Paulo não será inicialmente afetado, mas admite que a redução da atividade econômica pode causar a perda da arrecadação e aumentar o desemprego na região metropolitana.

Na sua avaliação, a punição a secretários da Fazenda que não cumprirem os princípios básicos das gestões dos recursos públicos será de difícil aplicação. "Meu secretário de Fazenda é mais mão fechada do que eu", afirmou. A prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), segundo Covas, também interfere muito pouco em São Paulo, que só recebe 0,6% de retorno federal. (Agência Estado)